



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 4

TARDE

CONSULTOR LEGISLATIVO

ÁREA XVII + XVIII

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **2 (duas) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida troca do cartão de resposta em caso de **erro** do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1

A Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social pressupõe a identificação e adoção de mecanismos de monitoramento e avaliação das ações implementadas.

Para tanto, devem ser fixados indicadores públicos e metas de excelência que apresentem, de forma objetiva, os resultados pretendidos.

Avalie, com base na Lei nº 13.675/2018, se a aferição de metas para os órgãos que integram o Sistema Único de Segurança Pública deverá observar os seguintes parâmetros:

- I. As atividades de polícia judiciária serão aferidas, entre outros fatores, pela maior ou menor incidência de infrações penais e administrativas em determinada área.
- II. As atividades do corpo de bombeiros militares serão aferidas, entre outros fatores, pelas ações de prevenção e preparação para emergências e desastres.
- III. A eficiência do sistema prisional será aferida, entre outros fatores, com base no índice de reiteração criminal dos egressos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) II, apenas.

2

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu Art. 144, ser a segurança pública dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida, para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por intermédio dos seguintes órgãos:

- I. polícia federal;
- II. polícia rodoviária federal;
- III. polícia ferroviária federal;
- IV. polícias civis;
- V. polícias militares e corpos de bombeiros militares;
- VI. polícias penais federal, estaduais e distrital.

Com relação aos órgãos de segurança pública e o desempenho de suas funções, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () As guardas municipais são integrantes do Sistema Único de Segurança Pública, ainda que não previstas no rol de órgãos executores da segurança pública estabelecidos no Art. 144, *caput*, da Constituição de 1988.
- () É defeso aos Estados criar órgãos autônomos de polícia científica, não subordinados à polícia civil.
- () É diretriz da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social a celebração de termos de parceria e protocolos com agências de segurança privada.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V — F — F.
- (B) V — V — F.
- (C) V — F — V.
- (D) F — V — V.
- (E) F — V — F.

3

O regime disciplinar diferenciado (RDD) aplicável à pessoa privada de liberdade foi instituído, em 2003, tendo por natureza a imposição de sanção disciplinar ou medida cautelar nas hipóteses previstas na Lei de Execuções Penais, providência adotada sob a perspectiva de garantia da segurança pública e institucional.

Com relação ao RDD, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A inclusão em regime disciplinar diferenciado não acarreta a suspensão do direito de recebimento de visitas.
- () O prazo de duração do regime disciplinar diferenciado terá duração máxima de 2 anos, somente podendo ser prorrogado em razão de cometimento de nova falta grave.
- () A custódia em regime disciplinar diferenciado ensejará o recolhimento individual, sendo admitido o contato com outras pessoas privadas de liberdade.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V — F — F.
- (B) V — V — F.
- (C) V — F — V.
- (D) F — V — V.
- (E) F — V — F.

4

A Emenda Constitucional nº 104/2019 criou as polícias penais federal, estaduais e distrital, promovendo a transformação do cargo de agente penitenciário em polícia penal, a quem incumbe a segurança dos estabelecimentos penais.

Entre as atividades atribuídas à polícia penal, são delegáveis, sendo passíveis de execução indireta, as atividades de

- (A) classificação de condenados.
- (B) aplicação de sanções disciplinares.
- (C) controle de rebeliões.
- (D) execução do trabalho do preso.
- (E) transporte de presos para órgãos do Poder Judiciário.

5

Instituído pela Lei nº 13.964/19, o Juiz das Garantias será responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário.

A inovação legislativa foi objeto de arguição de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal nos autos das ADI 6298, 6299, 6300 e 6305, com julgamento concluído em 23/08/2023 e ata publicada em 31/08/2023.

Acerca da previsão do Juiz das Garantias nos sistemas legal, judiciário e policial e em atenção ao julgamento proferido pelo STF, é correto afirmar que

- (A) a competência do Juiz das Garantias se estenderá até o juízo de recebimento da denúncia ou queixa-crime.
- (B) os atos praticados pelo Ministério Público como condutor de investigação penal não se submetem ao controle judicial.
- (C) as normas relativas ao Juiz das Garantias se aplicam às infrações penais de menor potencial ofensivo.
- (D) as normas relativas ao Juiz das Garantias se aplicam aos processos de competência originária dos tribunais.
- (E) os autos que compõem as matérias de competência do Juiz das Garantias serão remetidos ao juiz da instrução e julgamento.

6

O Supremo Tribunal Federal recordou, por ocasião do julgamento da ADPF 635, que o Brasil foi condenado na Corte Interamericana de Direitos Humanos pelo uso inadequado da força em chacinas ocorridas na Favela Nova Brasília, no Complexo do Alemão (RJ), em 1994 e 1995.

Com fundamento em códigos de conduta e princípios básicos estabelecidos no Direito Internacional, foi editada a Portaria Interministerial nº 4.226/10 que estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública.

Relacione as diretrizes sobre o uso da força e armas de fogo pelos agentes de segurança pública e suas correspondentes definições.

1. Princípio da moderação.
 2. Princípio da necessidade.
 3. Uso diferenciado da força.
 4. Nível do uso da força.
- () Intensidade da força escolhida pelo agente de segurança pública em relação a uma ameaça real ou potencial.
- () O emprego da força pelos agentes de segurança pública deve sempre que possível, além de proporcional, ser moderado, visando sempre reduzir o emprego da força.
- () Determinado nível de força só pode ser empregado quando níveis de menor intensidade não forem suficientes para atingir os objetivos legais pretendidos.
- () Seleção apropriada do nível de uso da força em resposta a uma ameaça real ou potencial visando limitar o recurso a meios que possam causar ferimentos ou mortes.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 3 – 4 – 2.
 (B) 4 – 1 – 2 – 3.
 (C) 3 – 2 – 1 – 4.
 (D) 2 – 4 – 3 – 1.
 (E) 4 – 1 – 3 – 2.

7

Sobre a elaboração do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, é correto afirmar que

- (A) as políticas de segurança devem se restringir aos órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública.
- (B) deve priorizar ações preventivas e fiscalizatórias de segurança interna nas divisas, fronteiras, portos e aeroportos.
- (C) deve observar as metas definidas pelo Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.
- (D) terá duração de até 2 anos a contar de sua publicação.
- (E) estará sujeita à decretação de sigilo e restrição de publicidade em razão de garantia da segurança nacional.

8

A Força Nacional de Segurança Pública constitui instrumento de cooperação federativa para execução de serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Com relação à cooperação federativa no âmbito da segurança pública, analise os itens a seguir.

- I. A composição do efetivo da Força Nacional de Segurança se restringe a militares e servidores das atividades-fim dos órgãos de segurança pública, do sistema prisional e de perícia criminal que se encontrem em atividade, sendo vedada a integração de inativos e reservistas.
- II. Os servidores civis e militares dos Estados e do Distrito Federal que participarem de atividades da Força Nacional de Segurança Pública farão jus ao recebimento de diária enquanto mobilizados em razão de deslocamento da sede para outro território nacional, sendo custeada pelo Fundo Nacional de Segurança Pública e, excepcionalmente, à conta de dotação orçamentária da União.
- III. A diária a que fazem jus os servidores civis e militares mobilizados no âmbito do programa da Força Nacional de Segurança Pública não será computada para efeito de adicional de férias e do 13º salário, nem integrará os salários, remunerações e subsídios.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
 (B) I e II, apenas.
 (C) I e III, apenas.
 (D) II e III, apenas.
 (E) II, apenas.

9

Acerca dos órgãos do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), meios e instrumentos da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), assinale a afirmativa correta.

- (A) A ênfase nas ações de policiamento de proximidade, com foco na resolução de problemas, é diretriz da PNSPDS.
- (B) O Conselho de Segurança Pública e Defesa Social é órgão estratégico do SUSP, revestido de competência deliberativa na definição das ações de segurança pública.
- (C) Os Municípios não são identificados como órgãos estratégicos do SUSP, classificação restrita à União, Estados e Distrito Federal.
- (D) Os Estados, Distrito Federal e Municípios terão acesso aos recursos da União para execução de programa de segurança pública e defesa social, independente da elaboração dos correspondentes planos de segurança pública.
- (E) Os órgãos do sistema socioeducativo são integrantes operacionais do SUSP.

10

A Lei nº 12.850/13 define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de prova, infrações criminais e o correspondente procedimento criminal.

A respeito do enfrentamento às organizações criminosas, de acordo com a referida lei, é correto afirmar que

- (A) no acordo de colaboração premiada, o colaborador deve narrar todos os fatos ilícitos para os quais concorreu, independente de terem relação direta com os fatos investigados.
- (B) o acordo de colaboração premiada somente poderá ser aceito até a prolação de sentença.
- (C) a infiltração de agentes consiste no retardamento da intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa, desde que mantida sob observação para que a medida se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações.
- (D) incorre nas mesmas penas do crime de organização criminosa quem impede ou, de qualquer forma, embaraça a investigação de infração penal que envolva organização criminosa.
- (E) o juiz competente poderá decretar medidas cautelares reais ou pessoais com fundamento apenas nas declarações do colaborador.

11

O Banco Nacional de Perfis Genéticos foi criado em 2013 para auxiliar os órgãos de segurança pública em investigações criminais a partir do cadastro de material genético para fins de comparação com vestígios biológicos deixados no local de crime ou no corpo da vítima.

A respeito do procedimento de identificação do perfil genético, é correto afirmar que

- (A) a amostra biológica coletada pode ser utilizada para prática de fenotipagem genética ou de busca familiar.
- (B) a recusa do apenado em submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético constitui falta grave.
- (C) a submissão à identificação do perfil genético do preso provisório acusado de crime contra a vida ou contra a liberdade sexual é obrigatória.
- (D) o acesso ao banco de dados de identificação do perfil genético pode ser feito por qualquer agente policial, independente de prévia autorização judicial.
- (E) o condenado por crime de organização criminosa será submetido, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético.

12

Sobre a política nacional de desarmamento e controle de armas, é correto afirmar que

- (A) a definição das armas de fogo e demais produtos controlados de usos proibidos, restritos, permitidos ou obsoletos e de valor histórico será disciplinada em ato exclusivo do Comando do Exército.
- (B) são de uso restrito os brinquedos, as réplicas e os simulacros de arma de fogo que com estas possam se confundir.
- (C) cabe ao Comando do Exército autorizar, excepcionalmente, a aquisição de armas de fogo de uso proibido.
- (D) é proibido o porte de arma de fogo pelos integrantes das guardas municipais.
- (E) a aquisição de munição somente poderá ser feita no calibre correspondente à arma registrada e na quantidade estabelecida em regulamento.

13

A Lei Federal nº 13.967/19 estabeleceu que as polícias militares e os corpos de bombeiros militares seriam regidos por Código de Ética e Disciplina, com a finalidade de especificar e classificar as transgressões disciplinares, estabelecer normas sobre sanções disciplinares, bem como regulamentar o processo administrativo disciplinar, observado, entre outros princípios, o da vedação de medida privativa e restritiva de liberdade.

O diploma legal foi objeto de ação direta de inconstitucionalidade (ADIN 6595), julgada procedente pelo Supremo Tribunal Federal, declarando a sua inconstitucionalidade formal e material.

Sobre o regime jurídico das polícias e corpos de bombeiros militares, é correto afirmar que

- (A) as polícias militares e os corpos de bombeiros militares são forças auxiliares e reserva do Exército.
- (B) a Constituição Federal de 1988 outorga à União a competência exclusiva para legislar sobre o regime jurídico de servidores militares estaduais.
- (C) o Presidente da República e o Chefe do Executivo estadual possuem iniciativa concorrente para regular o regime jurídico dos servidores militares estaduais.
- (D) nenhum militar será preso por transgressão militar ou crime propriamente militar senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
- (E) o *habeas corpus* é remédio constitucional adequado para a reforma de punições disciplinares militares.

14

O Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) tem por finalidade proporcionar recursos e meios para financiar e apoiar as atividades e os programas de modernização e aprimoramento do sistema penitenciário nacional.

A respeito do FUNPEN, é correto afirmar que

- (A) é vedada a transferência de recursos do FUNPEN a organização da sociedade civil que administre estabelecimento penal destinado a receber condenados a pena privativa de liberdade.
- (B) os recursos do FUNPEN transferidos aos Estados podem ser destinados ao caixa único do tesouro estadual, na hipótese de inexistência de Fundo Penitenciário estadual.
- (C) a não utilização dos recursos transferidos, nos prazos definidos, obrigará o ente federativo à devolução do saldo remanescente devidamente atualizado.
- (D) os Municípios não se encontram incluídos entre os destinatários de transferências obrigatórias de recursos do FUNPEN.
- (E) os recursos do FUNPEN podem ser contingenciados pela União para fins de atendimento a demandas de ajuste fiscal.

15

Assinale a opção que indica somente integrantes estratégicos do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), instituído pela Lei nº 13.675/18.

- (A) Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social; Estados e Municípios.
- (B) Secretaria Nacional de Segurança Pública, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.
- (C) Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar.
- (D) Secretaria Nacional de Segurança Pública, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil e Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas.
- (E) Polícia Federal, Polícia Civil e Guarda Municipal.

16

O acordo de não persecução penal consiste no ajuste de condições oferecidas pelo Ministério Público para evitar a deflagração da persecução penal, desde que necessário e suficiente para a reprovação do crime.

Acerca do referido instituto é correto afirmar que

- (A) é cabível nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, condicionado, nestes casos, à concordância da vítima.
- (B) a sua celebração independe da confissão formal e circunstanciada da prática de infração penal.
- (C) a análise de adequação, suficiência e proporcionalidade das condições avençadas será exclusiva do Ministério Público, se restringido o juízo de homologação à observância dos requisitos formais.
- (D) o descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado não poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.
- (E) é cabível nos casos de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos.

17

O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu ao longo do julgamento da ADPF 347 um estado inconstitucional de coisas no sistema prisional brasileiro, com reflexos na violação de direitos humanos e comprometimento da segurança pública e institucional.

Tal reconhecimento importa na identificação de 3 pressupostos principais: (i) situação de violação generalizada de direitos fundamentais; (ii) inércia ou incapacidade reiterada e persistente das autoridades em modificar a situação; (iii) a superação exige a atuação não apenas de um órgão, e sim de uma pluralidade de instituições públicas.

Como caminho de solução o STF impõe aos Poderes Públicos a tomada de ações urgentes e necessárias ao afastamento das violações massivas de direitos fundamentais.

Para fins de remediação do estado inconstitucional de coisas, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução CNJ nº 325/2020 e publicou Manual para a Gestão da Lotação Prisional, indicando, dentre outras, ferramentas de regulação de vagas na porta de entrada e na porta de saída.

Assinale a alternativa que representa ação de enfrentamento à superlotação na porta de entrada do sistema prisional.

- (A) Critérios decisórios extraordinários baseados no percentual de tempo transcorrido de prisão.
- (B) Transferência entre estabelecimentos prisionais.
- (C) Critérios decisórios na audiência de custódia conforme grupos suscetíveis a vulnerabilidades específicas.
- (D) Progressão antecipada de regime.
- (E) Concessão de efeitos duradouros de saída antecipada.

18

O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas tem a finalidade de articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com

- (A) a criminalização da guarda e posse de drogas para consumo pessoal.
- (B) a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas.
- (C) a priorização da internação em unidades de saúde e hospitais gerais como modalidade de tratamento do usuário ou dependente de drogas.
- (D) a aplicação de pena privativa de liberdade para o usuário ou dependente de drogas reincidente.
- (E) o isolamento da política antidrogas diante das demais políticas do Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social.

19

Em relação às medidas socioeducativas aplicáveis ao adolescente em razão da prática de ato infracional, é correto afirmar que

- (A) o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação será transferido para unidade do sistema prisional tão logo complete 18 anos.
- (B) a medida de internação será compulsória quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa.
- (C) a liberação do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação será compulsória ao completar 21 anos de idade, independente da gravidade do ato infracional imputado.
- (D) o jovem adulto preso em flagrante pela prática de crime será mantido sob custódia no sistema prisional, ainda que liberado na audiência de custódia, caso contra ele remanesça em vigor imposição de medida socioeducativa de internação.
- (E) a medida de internação será compulsória quando se tratar de descumprimento reiterado e injustificável de medida socioeducativa anteriormente imposta.

20

A Lei de Execuções Penais informa ser o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) o órgão central da execução penal.

Com relação às competências do CNPCP, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Ao CNPCP incumbe propor diretrizes da política criminal quanto à prevenção do delito, administração da Justiça Criminal e execução das penas e das medidas de segurança.
- () Ao CNPCP incumbe promover a avaliação periódica do sistema criminal para a sua adequação às necessidades do país;
- () Ao CNPCP incumbe promover a interdição do todo ou em parte, de estabelecimento penal em caso de violação das normas referentes à execução penal.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V — F — F.
- (B) V — V — F.
- (C) V — F — V.
- (D) F — V — V.
- (E) V — V — V.

21

Leia o trecho a seguir.

A Estratégia Nacional de Defesa, encaminhada, em 22 de julho de 2020, para apreciação do Congresso Nacional, resume-se em preparar e aplicar o Poder Nacional, considerando os meios, os óbices e os fins a atingir, para conquistar e manter os objetivos da Política Nacional de Defesa. Para tanto, estabelece as Capacidades Nacionais De Defesa (CND) como sendo aquelas compostas por diferentes parcelas das expressões do Poder Nacional. Elas são implementadas por intermédio da participação coordenada e sinérgica de órgãos governamentais e, quando pertinente, de entes privados orientados para a defesa e para a segurança em seu sentido mais amplo.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020.

Relacione os diferentes conceitos de capacidades nacionais de defesa às suas respectivas características.

1. Capacidade de Mobilização.
 2. Capacidade de Dissuasão.
 3. Capacidade de Mobilidade Estratégica.
 4. Capacidade de Pronta-resposta.
- () Configura-se como fator essencial para a Segurança Nacional, na medida em que tem como propósito desestimular possíveis agressões. Sustenta-se nas condições que possui a Nação de congregar e aplicar sua Capacidade de Proteção e de Pronta-resposta, no caso de eventuais ações hostis contra a soberania e os legítimos interesses do Brasil.
- () Inclui diversos elementos do Poder Nacional e visa prevenir o agravamento de uma situação de crise ou encerrar, de forma célere, uma contenda já deflagrada, evitando o engajamento do País em um conflito armado prolongado.
- () Refere-se à condição de que dispõe a infraestrutura logística de transporte do País, de capacidade multimodal e de meios de transporte, que permitam às Forças Armadas deslocar-se, rapidamente, para a área de emprego, no território nacional ou no exterior, quando assim impuser a defesa dos interesses nacionais.
- () No nível nacional complementa a logística nacional, com o propósito de capacitar o Poder Nacional a realizar ações estratégicas, no campo da Defesa Nacional, para fazer frente a uma situação de crise político-estratégica e, no nível militar, complementa a logística militar com o propósito de preparar a expressão militar para a passagem da estrutura de paz para a estrutura de guerra, para fazer frente a uma situação de emergência decorrente da iminência de concretização ou efetivação de uma hipótese de emprego das Forças Armadas.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 3 – 2 – 4.
- (B) 1 – 4 – 2 – 3.
- (C) 4 – 2 – 3 – 1.
- (D) 2 – 4 – 3 – 1.
- (E) 4 – 3 – 2 – 1.

22

Leia o trecho a seguir.

A Política de Defesa Nacional encaminhada, em 22 de julho de 2020, para apreciação do Congresso Nacional, na qualidade de documento condicionante de mais alto nível do planejamento de defesa do Brasil, trata, subsidiariamente, da interação e da cooperação com outras atividades que visem a maximizar a capacidade da Defesa Nacional, de forma a garantir ao Estado brasileiro atingir seus objetivos, a despeito de quaisquer ameaças à sua soberania e interesses nacionais. Nesse sentido, sem desconsiderar a esfera global, estabelece expressamente diversas áreas de interesse prioritário que compõem o entorno estratégico brasileiro.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Política Nacional de Defesa*. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020.

Com base no disposto, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Levando em consideração o Art. 4º, parágrafo único, da Constituição de 1988, fixando que o Brasil buscará a integração econômica, social e cultural dos povos da América Latina, tal área foi incluída como uma das componentes do nosso entorno estratégico.
- () Muito embora a Concepção Política de Defesa tenha estabelecido que a exploração da Antártica somente será feita para fins de pesquisa científica, tal área foi incorporada no entorno estratégico brasileiro.
- () Em face dos laços históricos e afinidades culturais com o Brasil, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é expressamente incluída como uma das áreas do entorno estratégico brasileiro.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – V.

23

Leia o trecho a seguir.

A política externa brasileira considera o diálogo e a cooperação internacionais instrumentos essenciais para a superação de obstáculos e para a aproximação e o fortalecimento da confiança entre os Estados. Assim, o Brasil firma-se em fundamentos constitucionais, dentre os quais destaca-se a Soberania Nacional, entendida como a manutenção da intangibilidade da Nação, assegurada a capacidade de autodeterminação e de convivência com as demais Nações em termos de igualdade de direitos, não aceitando qualquer forma de intervenção em assuntos internos, nem participação em atos dessa natureza em relação a outras Nações. Na esfera internacional, o Brasil atua conforme os princípios elencados no Art. 4º da Constituição Federal.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Livro Branco de Defesa Nacional*, 2020.

Entre os princípios das relações internacionais que não foram incorporados pela Constituição Federal, encontra-se o pertinente

- (A) à concessão de asilo político.
- (B) à governança global liberal.
- (C) à prevalência dos direitos humanos.
- (D) ao repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- (E) à não intervenção.

24

Leia o trecho a seguir.

Na ordem jurídica brasileira, o Sistema Constitucional de Crises é instituído pela decretação do Estado de Defesa ou do Estado de Sítio, cujo objetivo é a defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Assim, por conta da gravidade de situações que exigem o emprego de medidas extremas, a Constituição autoriza o uso do Estado de Defesa e do Estado de Sítio para o pronto reestabelecimento da ordem constitucional fraturada. Como bem destaca Canotilho, “O direito de necessidade constitucional não é um direito fora da Constituição, mas um direito normativo-constitucionalmente conformado. O regime das “situações de exceção” não significa “suspensão da Constituição” ou “exclusão da Constituição” (exceção de Constituição), mas sim um “regime extraordinário” incorporado na Constituição e válido para situações de anormalidade constitucional”.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional*, 1993.

Com base no trecho acima e diante da hipótese de uma agressão de forças militares estrangeiras hostis junto à fronteira norte do Brasil, assinale a única afirmativa que estaria de acordo com o sistema constitucional de crises do direito brasileiro.

- (A) O Presidente da República deverá decretar, imediatamente, o estado de defesa, independentemente, do parecer do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional, indicando a sua duração a as garantias constitucionais que ficarão suspensas.
- (B) O Presidente da República deverá decretar, imediatamente, o estado de sítio, independentemente, do parecer do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional, indicando a sua duração a as garantias constitucionais que ficarão suspensas.
- (C) Caberá ao Conselho de Defesa Nacional, após o parecer do Conselho da República, autorizar o Presidente da República a decretar o estado de emergência, sem indicar, entretanto, a sua duração.
- (D) O Presidente da República, após o parecer do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional, deverá solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de defesa, cujo prazo de trinta dias poderá ser prorrogado indefinidamente.
- (E) O Presidente da República, após o parecer do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional, deverá solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio, cujo prazo será o necessário para contornar a situação em tela.

25

Nos termos do Art. 142 da Constituição Federal, as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. Estabelece ainda nossa Carta Magna que Lei Complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças armadas. Além disso, cria o serviço militar obrigatório, atribuindo às Forças Armadas, na forma da lei, a atribuição de serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência.

Com base no trecho acima e em seus conhecimentos, assinale a opção que se coaduna com o ordenamento jurídico brasileiro.

- (A) Em tempo de guerra, a incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, militares ou não, independe de prévia licença da Casa Legislativa respectiva.
- (B) Com igual natureza à de magistrados, a vitaliciedade é prerrogativa prevista constitucionalmente para os oficiais das Forças Armadas, que só podem perder o posto por decisão de tribunal militar de caráter permanente ou de tribunal especial.
- (C) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política (imperativo de consciência), salvo se as invocar para eximir-se do cumprimento do serviço militar obrigatório, acarretando-lhe a perda dos direitos políticos.
- (D) Da mesma forma que o Ministro de Estado da Defesa, por razões de segurança nacional e de estratégia militar, são privativos de brasileiros natos os cargos de oficial-superior das Forças Armadas.
- (E) O Presidente da República, na condição de Comandante Supremo, exerce a direção superior das Forças Armadas, assessorado pelo Conselho Militar de Defesa, órgão permanente de assessoramento, pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e pelos demais órgãos, conforme definido em lei.

26

O conceito de guerra híbrida ou guerra de 4ª geração adentra ao estudo objetivo e científico das guerras como fenômeno social a partir da publicação do artigo *The Changing Face of War: Into the Fourth Generation* (2005), de autoria de William S. Lind, no qual o autor destaca que a guerra do futuro seria mais fluida, descentralizada, assimétrica, não convencional, envolvendo atores estatais e não estatais. Trata-se, na realidade, de um termo amplo que engloba as ideias de “guerra de informação”, “guerra assimétrica”, “guerra jurídica”, “guerra cultural”, “guerra não convencional”, “guerra irregular”, “guerra subversiva”, “guerra cibernética”, dentre outros. Assim, a guerra híbrida ou guerra de 4ª geração caracteriza-se pela combinação de operações militares e não militares, meios diplomáticos, econômicos, culturais, jurídicos, propagandísticos e outros meios de influência para alcançar os objetivos definidos pela Grande Estratégia de um País. Nesse sentido, Frank Hoffman, em seu livro *Conflict in the 21st Century: The Rise of Hybrid Wars* (2007), considera a guerra híbrida como uma “gama completa de diferentes modos de guerra, incluindo capacidades convencionais, táticas e formações irregulares, atos terroristas, incluindo violência indiscriminada e coerção e desordem criminal”.

Com relação às diferentes características, vertentes ou vetores das guerras híbridas de quarta geração, analise os itens a seguir.

- I. O conceito de guerra híbrida somente desponta com maior visibilidade na polemologia a partir do contexto de ondas de (des)globalização da economia que tiveram início a partir da implantação da Doutrina Trump, denominada de *America First*, cuja linha dominante é a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China.
- II. A ideia de *lawfare* (guerra jurídica), difundida no âmbito da polemologia pelo major-general norte-americano Charles J. Dunlap Jr., é uma das vertentes da guerra híbrida, que se confunde com o ativismo judicial e a judicialização da política, na medida em que é usada a serviço de determinada ideologia ou objetivo políticos.
- III. No contexto atual dos estudos da polemologia, sob a ótica das potências ocidentais, seus adversários estão se tornando cada vez mais adeptos da propagação da guerra jurídica por atores não estatais e autocracias, ao mesmo tempo em que os Estados liberais democráticos tendem a receber maior impacto dessa vertente da guerra híbrida.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

27

O sistema de governança global pós-Guerra Fria vem passando por grandes transformações em consequência de momentos de ruptura paradigmática da história da humanidade, desde o atentado contra as Torres Gêmeas (2001), perpassando pelas crises mundiais de 2008 (sistema financeiro global) e 2019 (pandemia mundial da Covid), até os dias atuais com a Guerra da Ucrânia (2022) e, mais recentemente, o ataque do Hamas à Israel (2023). Entre muitos outros, tais eventos têm desdobramentos geopolíticos, econômicos e jurídicos complexos que trazem no seu âmago o debate em torno da reconfiguração do sistema de governança global em constante mutação. Com efeito, vive-se hoje a disputa entre os Estados Unidos e a China pelo controle e liderança do sistema de governança global, que se encontra em construção a partir da reordenação das cadeias globais de valor, produção e conhecimento.

Com base no trecho acima e em seus conhecimentos, assinale a opção que retrata corretamente a conexão entre o perfil de evolução do sistema de governança global e as estratégias de segurança nacional das potências dominantes, notadamente dos Estados Unidos e da China.

- (A) Sob os efeitos da crise financeira de 2008, seguidos pelos da crise pandêmica de 2019, a Estratégia de Trump reedita, já em 2017, a antiga Estratégia “America First” da época do sistema eurocêntrico de governança global (1648-1945), viabilizando o giro da desglobalização da economia como instrumento de contraposição à Iniciativa Cinturão e Rota (ICR) da China.
- (B) Sob os influxos da crise financeira de 2008, a Estratégia de Obama afastou-se do sistema liberal de governança global regido pela tríade capitalista (Estados Unidos, União Europeia e Japão), desfazendo assim a Aliança Transpacífica (TPP) e a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP), concebidas pelo seu antecessor.
- (C) Sob a égide dos primeiros anos do cenário pós-Guerra Fria, a Estratégia de reconstrução nacional e liderança global de Clinton (1993) estabeleceu que os EUA deveriam liderar o mundo a partir de uma postura unipolar unilateral de regulamentação rígida da economia mundial.
- (D) Sob os impactos do ataque terrorista, a Doutrina Bush (2002) estabeleceu que os EUA deveriam usar força militar preventiva para combater o terrorismo global, apresentando-se como um vetor kantiano de valorização axiológica do Direito Internacional Público (DIP) e do próprio Direito Internacional Humanitário (DIH).
- (E) Ainda sob a vigência da Guerra da Ucrânia e do ataque do Hamas a Israel, a Estratégia Sem Nome de Biden vem mantendo o nacionalismo americano, o reconhecimento da China como principal rival estratégico, o fortalecimento das alianças transoceânicas com a Europa e a Ásia e a diplomacia multilateral da Estratégia de Trump.

28

Leia o trecho a seguir.

Hoje, o Direito Internacional Humanitário (DIH) é um dos ramos mais codificados do direito internacional. No entanto, o DIH dos tratados aplicáveis a conflitos armados não internacionais está muito menos desenvolvido, carecendo assim de maior proteção. Já em situações de conflito armado internacional, existem várias fontes importantes do DIH aplicável, e.g., as quatro Convenções de Genebra de 1949, juntamente com seu Protocolo Adicional I, e tratados sobre armas. Nesse sentido, impende destacar que os esforços para evitar o sofrimento desnecessário entre combatentes e minimizar os danos incidentais aos civis resultaram em uma série de protocolos e convenções internacionais que proíbem ou restringem o desenvolvimento, armazenamento ou uso de diversos armamentos, como armas químicas e biológicas. Além disso, os Estados agora são obrigados a realizar uma análise da compatibilidade de qualquer nova arma com as normas e os princípios do DIH.

MEZLER, Nils; KUSTER, Etienne (Coord.). *Direito Internacional Humanitário: uma introdução abrangente*. CICV, 2020. (Adaptado)

Com base no trecho e em seus conhecimentos, assinale a afirmativa que **não** se harmoniza com as normas do DIH relativas às guerras química e biológica.

- (A) Depois dos horrores da guerra química e da trágica experiência de milhões de soldados capturados durante a Primeira Guerra Mundial, a Convenção de Genebra original (1906) e os Regulamentos de Haia (1907) foram complementados pelo Protocolo sobre a Proibição do Emprego na Guerra de Gases Asfíxiantes, Tóxicos ou Similares e de Meios Bacteriológicos de Guerra (1925).
- (B) A Convenção sobre Armas Químicas de 1993 estabeleceu um regime de verificação, que é supervisionado pela Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAC), cuja competência abrange a exigência para que os Estados Partes forneçam relatórios nacionais sobre a produção industrial de produtos químicos; aceitem inspeções de rotina e monitoramento contínuo de instalações relacionadas ao tratado; e permitam inspeções por denúncia, comunicadas com pouca antecedência, de qualquer instalação no território nacional.
- (C) As proibições de armas químicas e biológicas se aplicam a conflitos armados não internacionais como Direito Internacional Humanitário Consuetudinário, conforme referido no estudo do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (DIHC).
- (D) A Convenção sobre Armas Biológicas, de 1972, proíbe o desenvolvimento, produção e estocagem de “agentes microbiológicos ou outros agentes biológicos ou toxinas” de tipos e em quantidades que não se justifiquem para fins pacíficos, e de armas, equipamentos ou vetores destinados à utilização destes agentes ou toxinas para fins hostis ou em conflitos armados.
- (E) A Convenção sobre Armas Químicas de 1993 proíbe o uso, aquisição, estocagem, conservação e transferência de armas químicas. Tal proibição aplica-se “em quaisquer circunstâncias” e pode, portanto, ser considerada absoluta. Além disso, a Convenção de 1993 exige ainda que as partes destruam as armas químicas existentes.

29

A Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira (DCA 1-1), aprovada pela Portaria nº 1.224/GC3, de 10 de novembro de 2020, estabelece os princípios e conceitos que orientam o preparo e o emprego da Força Aérea Brasileira (FAB) em suas missões. Para tanto, é composta por dois volumes: o primeiro volume versa sobre a visão, a missão, os valores e os objetivos da FAB, enquanto o segundo trata das capacidades, das funções e das operações aéreas.

Em linhas gerais, a formulação doutrinária é fundamentada principalmente na experiência e deve refletir as melhores práticas até então conhecidas e aprovadas, com o foco na missão-síntese da Aeronáutica: MANTER A SOBERANIA DO ESPAÇO AÉREO E INTEGRAR O TERRITÓRIO NACIONAL, COM VISTAS À DEFESA DA PÁTRIA.

Com relação a tal doutrina, assinale a afirmativa correta.

- (A) Por Comando Operacional Combinado entende-se o Comando que emprega meios ponderáveis de mais de uma Força Armada, enquanto um Comando Operacional Conjunto é aquele que congrega meios ponderáveis de mais de um país.
- (B) No Oriente Médio, a criação do Estado de Israel, em 1967, resultou da Guerra dos Seis Dias entre os judeus e os árabes, que testemunhou uma das ações mais espetaculares do poder aéreo, qual seja a Operação Moked, na qual a Força Aérea Israelense bloqueou bases aéreas e aeródromos egípcios, praticamente impossibilitando a Força Aérea Egípcia de sair do solo.
- (C) A ascensão de novas potências globais, que venham a contestar a predominância unipolar dos EUA, ressuscita no debate da guerra aérea o caráter primordial na luta pelo controle do ar. Nesse ponto, surge a necessidade de se repensar a discussão teórica sobre Poder Aéreo, fruto dessa evolução da história da guerra e da guerra aérea.
- (D) Força Aérea Numerada é o Órgão de Direção Setorial do Comando da Aeronáutica, responsável pela segurança da navegação aérea no espaço aéreo brasileiro.
- (E) Poder Aeroespacial é a parte que compreende a Força Aérea, suas Bases e suas estruturas de C², logísticas e administrativas, bem como os meios adjudicados pelos Poderes Naval e Militar Terrestre e outros meios, quando vinculados ao cumprimento da missão do Poder Militar Aeroespacial e submetidos a algum tipo de orientação, comando ou controle de Autoridade Militar Aeroespacial.

30

Para analisar o complexo sistema de governança global dos dias de hoje, é necessário retroceder aos tempos da Paz de Westphalia, de 1648, para identificar as características do mundo eurocêntrico, em cuja base se encontram a criação do Estado Nacional propriamente dito e a formação do Direito internacional público, como o concebemos hoje.

No mundo eurocêntrico (1648-1945), os diferentes arranjos de governança global foram incapazes de evitar as grandes guerras da história, ou seja, o Tratado de Westphalia de 1648 não impediu as guerras napoleônicas; o Congresso de Viena de 1815 não evitou a Primeira Guerra Mundial e, finalmente, o Tratado de Versalhes de 1919 não impediu a Segunda Guerra Mundial.

Da mesma forma, a disputa de poder geopolítico entre americanos e soviéticos, durante a Guerra Fria, retrata bem a ideia de um sistema de governança global bipartido, que colocava, de um lado, a OTAN e as potências ocidentais, e, do outro, o Pacto de Varsóvia e os países socialistas.

Finalmente, com o fim da Guerra Fria, surge um novo sistema de governança global, no qual a superioridade militar dos EUA não lhe garantiu plena hegemonia econômica e menos ainda pleno alinhamento geopolítico-cultural automático ao pensamento ocidental.

Com base no disposto, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A ideia central da obra “O fim da História” de Francis Fukuyama retrata com precisão as características da Guerra Comercial entre os Estados Unidos e a China, notadamente a partir da Estratégia do “América em Primeiro Lugar” de Donald Trump.
- () A queda do muro de Berlim eliminou a guerra de ideologias que se defrontavam sob a égide de um mundo até então bipolar. Com o colapso da União Soviética, desponta o advento da *Pax Americana*, na qual o capitalismo financeiro ficou mais livre para implantar um modelo econômico e social de cadeias globais de produção divididas.
- () A Guerra na Ucrânia pode gerar uma nova ordem mundial, na medida em que viabiliza a desconstrução do mundo globalizado de abertura mundial do comércio e sua possível substituição por um mundo fragmentado de confrontação entre as potências democráticas do Ocidente e as potências revisionistas do Oriente.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) F – F – V.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – F.
- (E) V – V – F.

31

A intervenção é um instrumento clássico garantidor da indissolubilidade do pacto federativo, sendo, portanto, um elemento estabilizador dos estados federais, na medida em que sua decretação excepciona o princípio da autonomia dos entes federados (União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios) somente em casos extremos de ameaça a tal equilíbrio.

Com rigor, a intervenção federal deve ser vislumbrada como o último remédio para se manter a integridade nacional e a ordem jurídica constitucional. Em linhas gerais, a Intervenção Federal, diferentemente dos institutos do Estado de Defesa e do Estado de Sítio, não é uma excepcionalidade ao Estado Democrático de Direito visto que a Constituição não prevê para aquele instituto a possibilidade de suspensão de direitos ou garantias fundamentais.

Com relação ao fenômeno da intervenção no Estado Democrático de Direito, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O governador do Estado Alfa decidiu afastar a execução da Lei Federal 123/23. Ato contínuo, o Procurador-Geral da República (PGR), mediante requerimento da parte interessada, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (ADINT) perante Supremo Tribunal Federal (STF), para fins de intervenção federal. O STF, em decisão final de mérito, julgou procedente o pedido de intervenção federal, enviando-a para o Presidente da República, para que este decretasse a intervenção no Estado Alfa. Mesmo sem concordar com tal decisão do STF, o Presidente da República decreta a intervenção federal do Estado Alfa. Na situação apresentada, o STF e o Presidente da República agiram conforme lhes autoriza a Constituição.
- () O governador do Distrito Federal deixou de cumprir decisões do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), o qual, mediante requerimento da parte interessada, comunicou a desobediência ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), para fins de intervenção federal. O STJ entendeu procedente o pedido de intervenção federal e, em seguida, enviou requisição ao Presidente da República para que este decretasse a intervenção federal do Distrito Federal. Na situação apresentada, o STJ agiu conforme lhe autoriza a Constituição.
- () Em um determinado estado da Federação, o governador violou um dos princípios constitucionais sensíveis previstos no art. 34, inciso VII, alíneas a-e, da Constituição Federal. Ato contínuo, o Presidente do Tribunal de Justiça Local (TJL) envia requisição para o Presidente da República (PGR), que aquiescendo resolve então decretar a intervenção federal no referido Estado. Na situação apresentada, o Presidente do Tribunal de Justiça Local e o Presidente da República agiram conforme lhes autoriza a Constituição.

As afirmativas são, respectivamente, na ordem apresentada,

- (A) V – V – V.
- (B) F – F – V.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – F.
- (E) V – V – F.

32

Tanto a invasão do Iraque pelas forças militares estadunidenses (2003) quanto a agressão da Rússia à soberania da Ucrânia (2022) tiveram grandes impactos para o Direito Internacional Público (DIP) e para o próprio Sistema de Governança Global da Organização das Nações Unidas (ONU).

Diante de tais considerações fáticas, é correto afirmar que

- (A) a agressão da Rússia violou o DIP, mas a atuação dos EUA no Iraque encontrou amparo na Carta das Nações Unidas, na medida em que foi respaldada por uma grande aliança internacional envolvendo, além dos EUA, a Grã-Bretanha, a Itália, a Espanha e outros países.
- (B) a aprovação de pelo menos nove membros do Conselho de Segurança da ONU seria capaz de legitimar as operações desencadeadas pelos Estados Unidos e Rússia.
- (C) as invasões dos Estados Unidos e da Rússia são ilegítimas diante do Direito Internacional, pois não foram aprovadas pela maioria dos Estados componentes da Assembleia Geral da ONU.
- (D) em linhas gerais, a guerra continua sendo um meio legal de solução de controvérsias no Direito Internacional contemporâneo, o que evidentemente respalda as atuações dos Estados Unidos e da Rússia.
- (E) tanto a ocupação do Iraque quanto a violação da soberania da Ucrânia contrariaram a Carta da ONU, na medida em que não houve o voto afirmativo de nove membros do Conselho de Segurança, entre eles as cinco potências nucleares (EUA, Reino Unido, França, Rússia e China) que têm o direito de veto.

33

Maria Helena, Tenente da Marinha do Brasil, pretende participar de processo eleitoral na condição de candidata a deputada estadual pelo Rio de Janeiro. A militar conta com oito anos de serviço na Marinha. Por sua vez, João Pedro, Sargento da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, contando com 12 anos de serviço, tem a mesma pretensão de Maria Helena, concorrendo ao mesmo cargo e Estado.

Considerando a situação apresentada, assinale a única alternativa que se coaduna com o regime jurídico dos militares.

- (A) Tanto Maria Helena quanto João Pedro podem concorrer ao cargo de deputado estadual pelo Rio de Janeiro, sem a necessidade de desligamento de suas respectivas Corporações, no entanto, caso eleitos deverão passar automaticamente para a inatividade.
- (B) Tanto Maria Helena quanto João Pedro, caso não sejam eleitos, poderão retornar aos quadros da Marinha do Brasil e da Polícia Militar do Rio de Janeiro.
- (C) Uma vez cumpridos os quatro anos dos mandatos eletivos, Maria Helena não poderá voltar às suas atividades na Marinha, porém, João Pedro poderá fazê-lo em relação à Polícia Militar do Rio de Janeiro.
- (D) Maria Helena, para concorrer ao cargo em tela, deve afastar-se da atividade na Marinha, enquanto João Pedro deve ficar agregado pela autoridade superior, sem a necessidade de desligamento da Polícia Militar do Rio de Janeiro.
- (E) Para concorrer ao cargo de deputado estadual pelo Rio de Janeiro, tanto Maria Helena quanto João Pedro devem se afastar definitivamente das suas respectivas atividades na Marinha do Brasil e na Polícia Militar do Rio de Janeiro.

34

Leia o trecho a seguir.

A Amazônia Azul® é a região que compreende a superfície do mar, águas sobrejacentes ao leito do mar, solo e subsolo marinhos contidos na extensão atlântica que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da Plataforma Continental brasileira. Pela Amazônia Azul, mais de 95% de nosso comércio exterior trafega e cerca de 95% do petróleo nacional é extraído, sendo, ainda, acervo de incontáveis recursos vivos, minerais e sítios ambientais, com a existência de estratégicos portos, centros industriais e de energia. Mais do que um espaço geográfico, a Amazônia Azul deve ser vista como um conceito político-estratégico remetendo à importância do Poder Marítimo ao Brasil. Ensejada no Atlântico Sul, entorno estratégico estabelecido nos documentos de alto nível, como a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Plano Estratégico da Marinha – PEM 2040, a Amazônia Azul é patrimônio nacional, fonte de riqueza e cobiça, a ser protegido, preservado e explorado, com sustentabilidade. O dinamismo e a evolução de cenários oceanopolíticos e interesses de toda a ordem, demandam, cada vez mais, uma presença robusta da Marinha do Brasil na Amazônia Azul, além do desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle, capazes de enfrentar as ameaças, presentes e futuras.

Marinha do Brasil – Amazônia azul – Página oficial. Disponível em: https://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia_azul/

Com relação ao conceito de Amazônia Azul em suas diferentes vertentes, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Estratégia Nacional de Defesa especifica que as áreas estratégicas marítimas que continuarão a merecer atenção especial, do ponto de vista da necessidade de controlar o acesso marítimo ao Brasil são a faixa que vai de Santos a Vitória; e a área em torno da foz do rio Amazonas.
- II. A defesa marítima, como aqui entendida, é o sentimento de garantia necessária e indispensável a uma sociedade e a cada um dos seus integrantes, contra ameaças de qualquer natureza em períodos de normalidade.
- III. Nossa grande dependência do mar faz sobressair talvez nossa maior vulnerabilidade: a proteção da atividade pesqueira. Nosso litoral é sempre procurado por navios de pesca industrial oriundos de diversos países. Nesse sentido, destaca-se o Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira, localizado em Arraial do Cabo, norte do Estado do Rio de Janeiro, cujos trabalhos são fundamentais para o futuro da vida no mar.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

35

Leia o trecho a seguir.

Estritamente falando, o direito da guerra tradicional é mais amplo que o Direito Internacional Humanitário (DIH) porque, além das normas humanitárias, também inclui disposições sobre as relações diplomáticas, econômicas e convencionais, bem como sobre a situação jurídica dos Estados neutros. Ao mesmo tempo, o direito da guerra tradicional é menos abrangente que o DIH, porque se aplica apenas durante um estado de guerra formal entre Estados.

MEZLER, Nils; KUSTER, Etienne (Coord.).

Direito Internacional Humanitário: uma introdução abrangente, 2020.

Com relação às diferenças entre os conceitos de Direito da Guerra Tradicional (Direito de fazer uso da força) e o Direito Internacional Humanitário (DIH), analise os itens a seguir.

- I. A legalidade do uso da força entre Estados é uma questão de *jus ad bellum*, mas, a rigor, é irrelevante no que diz respeito à aplicabilidade do DIH às operações ilegais por ventura desenvolvidas, aí incluídas as de forças nacionais ou multinacionais.
- II. O Direito Internacional Humanitário, também designado como *jus in bellum*, ou ainda, como *jus contra bellum*, regula o uso da força entre Estados, cujos princípios básicos são definidos na Carta da ONU e no direito consuetudinário correspondente.
- III. Enquanto o *jus in bello* estabelece padrões mínimos de humanidade que são aplicáveis a qualquer conflito armado, internacional ou não, o *jus ad bellum* regula a legitimidade do uso da força por uma missão confiada a forças nacionais ou multinacionais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

36

Em 1999, a criação do Ministério da Defesa (MD) objetivou adotar um modelo burocrático-organizacional com vistas ao reforço do papel da sociedade brasileira na avaliação e no monitoramento da ação dos militares, de modo a torná-lo um instrumento de desenvolvimento de uma dimensão pública da política de defesa.

Considerando essa meta, avalie as críticas recentes a respeito da realização do objetivo inicial citado, e assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () Ausência de mecanismos de diálogo sistemáticos - como conselhos, canais de consulta e fóruns -, para incorporar a crescente diversificação de ideias e posições da sociedade na formulação da política de defesa.
- () Inexistência de concurso público para o provimento de cargos de servidores civis em sua Pasta e de criação de uma carreira de defesa nacional, destinada a cargos civis de analista de defesa, conforme a proposto por vários Ministros da Defesa.
- () Falta de menção à criação de quadros para especialistas civis em Defesa no MD nos diferentes documentos de Defesa publicados até hoje, como a Estratégica Nacional de Defesa, a Política Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa, entre outros.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – V.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – F.
- (D) F – V – V.
- (E) V – V – F.

37

O crime organizado no Brasil de hoje se tornou um dos problemas mais graves e de difícil solução para a sociedade, para o Estado e para os organismos de segurança internacional.

Assinale a afirmativa que descreve corretamente ações à disposição do Estado brasileiro e das agências de segurança internacional para enfrentar o crime organizado interno e internacional.

- (A) As prisões dos soldados rasos do crime organizado aprofundam suas relações com o mundo do crime nas instalações carcerárias, enquanto a debilidade da legislação para o enquadramento de crimes financeiros e da economia “cinza” nas agências de segurança internacional constitui um obstáculo para as redes globais do crime organizado.
- (B) O monitoramento pelo governo das atividades criminosas no país e fora dele é um dos recursos para a melhoria da segurança interna, enquanto o acompanhamento das importações, exportações e do trânsito de armas pela Organização dos Estados Americanos (OEA) nos países membros colabora para o enfrentamento do crime organizado.
- (C) O serviço de inteligência nacional possibilita o direcionamento das ações policiais contra o crime organizado, mapeando as redes criminosas no país, enquanto a Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL) fornece o contingente para intervenções militares.
- (D) A polícia é a corporação do Estado apta a enfrentar o crime organizado no território nacional, enquanto as atividades criminosas internacionalizadas demandam a aprovação de operações para a manutenção da paz pela Assembleia Geral das Nações Unidas.
- (E) As medidas para legalizar a aquisição de armas de fogo e promover o controle de armamentos constituem uma política pública de segurança no cenário doméstico, enquanto, no plano dos organismos internacionais, esse tema só é objeto de regulamentação em casos comprovado de terrorismo.

38

Diante de graves problemas no Brasil desde a década passada nas áreas de segurança e defesa, as atividades de inteligência têm avançado nos âmbitos normativo, regimental e doutrinário, conjugando desafios como, um melhor equilíbrio entre efetividade (capacidade estatal) e legitimidade (democracia).

Analise as afirmativas a seguir que descrevem estes avanços e desafios na área de inteligência no país.

- I. A Política Nacional de Inteligência (2016) constituiu um avanço por confirmar os compromissos da inteligência de Estado com os preceitos legais e a democracia no país.
- II. A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (CCAI) tem o papel fiscalizador de controle externo sobre todos os órgãos componentes do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN).
- III. O SISBIN, desde sua criação (1999), manteve a sua composição original de órgãos federais associados, o que lhe permitiu assegurar a efetividade e estabilidade do sistema.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas
- (D) I e III, apenas
- (E) I, II e III.

39

O quadro atual de transformações internacionais multilaterais com disputas geopolíticas coexistindo com a presença de uma mobilizada sociedade civil internacionalizada, tem criado oportunidades inusitadas para países como o Brasil com escasso poder material, mas conhecimentos consistentes da diplomacia multilateral.

Em 2023, o Brasil participou de diversos fóruns multilaterais: em Belém da IV Cúpula dos Chefes da OCTA; em Johannesburgo da Cúpula dos BRICS; em Nova Délhi da Cúpula do G20 e em Nova York da tradicional abertura da AGNU. Como se afirma na diplomacia, “não é o multilateralismo que está em crise, mas o seu tradicional modelo do Conselho de Segurança da ONU.”

Considerando o trecho, analise as afirmativas a seguir a respeito da agência brasileira nestes novos fóruns multilaterais.

- I. Na Cúpula Pan-Amazônica (Belém, 2023), a formação de uma aliança inter-regional dos países detentores das maiores florestas tropicais do planeta, apoiou a declaração final “Unidos por Nossas Florestas”, que destacou a necessidade de “de manter a floresta em pé, evitando o ponto de não retorno e preservando sua biodiversidade.”
- II. Na Cúpula dos BRICS (Johannesburgo, 2023), a China foi considerada vitoriosa ao obter a aprovação da expansão dos membros do grupo e o Brasil conseguiu inserir a Argentina como seu parceiro regional, de modo que ela obtivesse uma garantia financeira por intermédio do Banco dos BRICS.
- III. Na Cúpula do G20 (Nova Délhi, 2023), o Brasil assumiu a presidência temporária do fórum, mas a ausência de Putin e Xi Jinping impediu que o fórum elaborasse uma declaração final e pode prejudicar a assunção do Brasil à presidência do G20 prevista para novembro de 2024.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas
- (D) I e III, apenas
- (E) I, II e III.

40

Os documentos de inteligência publicados entre 2016 e 2017 (*A política Nacional de Inteligência*, a *Estratégia Nacional de Inteligência* e a *Doutrina Brasileira de Inteligência*), caracterizam as ameaças à integridade da sociedade e do Estado e à segurança nacional.

Relacione os tipos de ameaça listados a seguir à sua caracterização, conforme estabelecido nos documentos citados.

1. Espionagem
2. Interferência externa
3. Ataque cibernético
4. Criminalidade organizada

- () É uma ação deliberada com o emprego de recursos da tecnologia da informação para interromper, penetrar, adulterar ou destruir redes utilizadas por setores públicos e privados essenciais à sociedade e ao Estado.
- () É uma prática que visa a obtenção de conhecimentos ou dados sensíveis para beneficiar Estados, grupos de países, organizações, facções, grupos de interesse, empresas ou indivíduos.
- () É a atuação deliberada de governos, grupos de interesse, pessoas físicas ou jurídicas que podem influenciar os rumos políticos do País com o objetivo de favorecer interesses estrangeiros em detrimento dos nacionais;
- () É uma ameaça a todos os Estados e cuja incidência, notadamente em sua vertente transnacional, reforça a necessidade de aprofundar a cooperação para o seu combate.

Assinale a opção que indica a relação correta na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3 – 4.
 (B) 3 – 4 – 2 – 3.
 (C) 4 – 2 – 3 – 1.
 (D) 2 – 3 – 4 – 1.
 (E) 3 – 1 – 2 – 4.

41

Foi celebrado entre cinco Estados um tratado em matéria cultural. Um deles, o Estado Z, ao ratificar o tratado, formulou uma reserva, que foi aceita por todos os demais Estados partes. Três anos após a ratificação, o Estado Z pretende retirar a referida reserva.

A respeito da situação hipotética apresentada, considerando que o tratado em questão é silente a respeito da retirada de reservas e com base na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, o Estado Z

- (A) poderá retirar a sua reserva apenas após transcorridos dez anos da ratificação do tratado.
- (B) poderá retirar a sua reserva a qualquer momento, desde que haja o consentimento de pelo menos um dos Estados partes que a aceitaram.
- (C) poderá retirar a sua reserva a qualquer momento, desde que haja o consentimento de todos os demais Estados partes que a aceitaram.
- (D) poderá retirar a sua reserva apenas na ocorrência de mudança fundamental de circunstâncias em relação às existentes no momento da conclusão do tratado.
- (E) poderá retirar a sua reserva a qualquer momento, sem que o consentimento dos demais Estados partes que a aceitaram seja necessário.

42

Em fevereiro de 2021, o Congresso Nacional aprovou a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, conforme o procedimento previsto no Art. 5º, § 3º, da CRFB/88.

Com isso, as normas contidas na referida Convenção

- (A) possuem *status* de norma supralegal.
- (B) podem ser alteradas por lei complementar.
- (C) possuem *status* de lei ordinária.
- (D) possuem *status* equivalente às emendas constitucionais.
- (E) possuem *status* de ato normativo secundário.

43

Surgiu entre os Estados X e Y uma disputa relativa a uma situação ocorrida na área do comércio exterior. O Estado X alegou a seu favor um costume internacional. Por sua vez, o Estado Y rechaçou tal alegação, com fundamento no fato de que o costume internacional em questão era praticado apenas por 20 países de determinada região do continente em que os Estados X e Y estavam localizados. Vale dizer, o Estado Y não reconhecia costumes internacionais de âmbito regional.

No âmbito das fontes do direito internacional público, a formação dos costumes internacionais

- (A) prescinde da *opinio juris*.
- (B) requer a prática generalizada, reiterada, uniforme e constante de determinado ato por um grupo de Estados e a convicção que essa prática é juridicamente facultativa.
- (C) prescinde da sua aceitação unânime entre os Estados.
- (D) requer apenas a mera reiteração de determinado ato por um grupo de Estados.
- (E) depende da sua incorporação aos ordenamentos jurídicos nacionais.

44

O artigo 1 da Carta das Nações Unidas estabelece os propósitos dessa Organização Internacional, entre eles, a manutenção da paz e segurança internacionais. Cabe aos seus órgãos perseguir tais propósitos dentro dos limites de suas respectivas funções.

A respeito da estrutura da Organização das Nações Unidas, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Assembleia-Geral reúne todos os países-membros da Organização e emite recomendações desprovidas de força vinculante.
- II. O Conselho de Segurança reúne 15 países-membros da Organização, dos quais cinco são membros permanentes e emite decisões dotadas de força vinculante.
- III. A Corte Internacional de Justiça é composta por 15 juízes, competente para julgar litígios entre Estados, e todo país-membro da Organização torna-se automaticamente parte no Estatuto da Corte.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
 (B) I e II, apenas.
 (C) I e III, apenas.
 (D) II e III, apenas.
 (E) II, apenas.

45

Considerando o que preceitua a CRFB/88, será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que

- (A) tiver cancelada sua naturalização, independentemente de sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização.
- (B) tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- (C) fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, incluindo situações que acarretem apatridia.
- (D) que adquirir outra nacionalidade.
- (E) tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

46

Guerra e conflitos armados são fenômenos recorrentes no cenário internacional. Ao longo do seu desenvolvimento o direito internacional público vem promovendo esforços entre seus atores, com o objetivo de limitar os efeitos da guerra e dos conflitos armados. No âmbito do estudo jurídico dos conflitos armados há duas noções essenciais: o *jus ad bellum* e o *jus in bello*.

A respeito dessas noções, analise as afirmativas a seguir.

- I. O *jus in bello* abarca normas internacionais que regulam o emprego de armas de alto potencial destrutivo em conflitos armados.
- II. O *jus ad bellum* diz respeito ao direito de promover a guerra conforme o direito internacional, a saber, nas hipóteses de defesa de um Estado contra agressões externas e da tomada de decisão do Conselho de Segurança da ONU para evitar a guerra ou reestabelecer a paz internacional.
- III. O *jus in bello* não abrange as normas de direito humanitário.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

47

A respeito das normas do Direito Internacional do Meio Ambiente assinale a afirmativa correta.

- (A) A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 ressalta que o direito internacional do meio ambiente é antropocêntrico, atribuindo aos países em desenvolvimento maior responsabilidade no objetivo internacional de efetivação do desenvolvimento sustentável.
- (B) O Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Convenção sobre Diversidade Biológica de 2000 regula a produção e o manejo de organismos geneticamente modificados, com a pretensão de limitar o desenvolvimento da biotecnologia, considerando seus riscos elevados ao bem-estar humano.
- (C) A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 1992 tem o propósito de reduzir a poluição atmosférica, regulando a emissão de gases que acarretam o efeito estufa mediante responsabilidades iguais para os Estados partes, independentemente de seus níveis de industrialização.
- (D) O Acordo de Paris, que reforça o compromisso internacional de combate às ameaças advindas da mudança climática, entrou em vigor internacionalmente em 2016 e foi internalizado ao direito brasileiro mediante sua promulgação por decreto presidencial em 2017.
- (E) A Agenda 2030 das Nações Unidas é um tratado internacional adotado em 2015 que estabelece os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em seus três pilares, quais sejam, econômico, social e ambiental.

48

A respeito da produção normativa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinale a afirmativa correta.

- (A) O Decreto presidencial nº 10.088/19 consolidou os atos normativos do Poder Executivo Federal que tratam da promulgação de convenções e recomendações da OIT ratificadas pelo Brasil;
- (B) As recomendações da OIT são propostas de normas, desprovidas de força vinculante, utilizadas, em regra, para tratar de temas pacificados entre os Estados membros da Organização;
- (C) As convenções da OIT são tratados internacionais, que não se submetem às regras relativas à incorporação de normas internacionais ao direito brasileiro, devido a sua natureza autoaplicável;
- (D) A Convenção nº 138 sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego de 1973 se aplica ao trabalho do aprendiz e consagra o instituto dos 'trabalhos leves' a menores entre treze e quinze anos;
- (E) O Brasil ratificou as principais convenções da OIT a respeito do tema da liberdade sindical, quais sejam, a Convenção nº 87 sobre a Liberdade Sindical e a Proteção do Direito Sindical de 1948 e a Convenção nº 98 sobre a Aplicação dos Princípios do Direito de Sindicalização e de Negociação Coletiva de 1949.

49

O Direito Econômico Internacional visa regular temas de ordem econômica com repercussão no cenário internacional contemporâneo, como desenvolvimento, comércio, investimentos e fluxo de moedas entre os Estados.

É um ramo do Direito Internacional Público regido por princípios e características peculiares, entre os quais

- (A) a rigidez de suas normas.
- (B) a reduzida participação de entes privados.
- (C) a crescente regulamentação de mercado.
- (D) a estabilidade das relações econômicas internacionais.
- (E) a interdependência entre seus atores.

50

A respeito da regulação do direito internacional sobre o proveito e os usos do mar com base na Convenção de Montego Bay de 1982, analise as afirmativas a seguir.

- I. Na zona econômica exclusiva todos os Estados, exceto aqueles sem litoral, gozam das liberdades de navegação e sobrevoo e de colocação de cabos e dutos submarinos, bem como de outros usos do mar internacionalmente lícitos.
- II. Na plataforma continental os direitos de exploração e aproveitamento de seus recursos são exercidos de forma soberana pelo Estado costeiro, independentemente de sua ocupação, real ou fictícia, ou de qualquer declaração expressa.
- III. O alto mar é espaço aberto a todos os Estados para exercerem liberdades sem qualquer restrição, já que sobre ele não incide qualquer poder soberano estatal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

51

A Política Externa Brasileira (PEB) tem sido interpretada como um tipo de política pública, pois ela participa do debate de ideias, valores e interesses sobre as opções da política interna acerca da atuação internacional do país.

Com relação às razões para considerar a PEB como uma política pública, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A PEB, por pertencer ao rol de ações de escolha de um governo, resulta de uma disputa de interesses entre os atores do plano interno que buscam influenciar os governantes em favor de uma determinada linha de ação do país no plano internacional.
- () A análise da PEB como política pública impede explicar como e por que os governos optam por determinadas ações, obscurecendo a associação entre o processo decisório e o conteúdo das políticas.
- () O que diferencia a política externa das demais políticas públicas governamentais é o seu destino internacional e, por isso, os formuladores da PEB precisam conhecer bem o que ocorre fora das fronteiras do país, com risco de tomar decisões inadequadas ou prejudiciais aos interesses do governo.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – V.
- (D) V – F – F.
- (E) F – F – V.

52

A reconfiguração do poder mundial nas últimas três décadas do Pós-Guerra Fria está estruturalmente relacionada ao impacto do desenvolvimento das áreas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) no sistema internacional.

Partindo dessa consideração, assinale a afirmativa que caracteriza corretamente a reconfiguração do poder internacional pela incorporação de aspectos cruciais de CT&I.

- (A) A Índia, a Coreia do Sul e, especialmente, a China se reposicionaram na economia global graças à geração de conhecimento inovador, o que contribuiu para um processo de desconcentração da inovação mundial e de enfraquecimento relativo do poder dos Estados Unidos, Europa e Japão.
- (B) A expansão das atividades industriais e tecnológicas nos países em desenvolvimento foi estimulada pela incorporação normativa das Trips (medidas de propriedade intelectual relacionadas ao comércio) à Organização Mundial do Comércio, o que universalizou as áreas da CT&I.
- (C) O crescimento do protecionismo comercial aberto e as sanções impostas a empresas concorrentes em áreas de fronteira tecnológica, por questões de segurança, facilitou a promoção de atividades agregadores de valor na economia global em países em desenvolvimento.
- (D) O conceito tradicional de poder, associado à capacidade militar, foi fortalecido pelas grandes potências que aplicaram as CT&I em sua indústria bélica, ao passo que os países em desenvolvimento adotaram conceitos e práticas ampliadas de poder (*soft power*), por estarem excluídos da Revolução Científica e Tecnológica.
- (E) Os países em desenvolvimento com economias de renda média continuaram ocupando uma posição subalterna nas relações de poder internacionais, por sua incapacidade de acompanhar o dinamismo produtivo, científico e tecnológico e de inovação das potências tradicionais.

53

A Organização Mundial do Comércio (OMC) está em crise desde 2019, em razão da paralisação de seu Órgão de Apelação (OA). O governo dos Estados Unidos bloqueou sistematicamente as indicações de novos membros para o OA e, assim, esse órgão ficou sem o número mínimo de membros para julgar uma apelação.

Acerca desta crise, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Embora a OMC tenha se tornado um dos sistemas mais elogiados para o encaminhamento de soluções de conflitos comerciais no plano internacional nos últimos 30 anos, o bloqueio feito pelos Estados Unidos revelou a tibieza do sistema de resolução de controvérsias da organização.
- () O bloqueio do órgão de apelação foi uma estratégia dos Estados Unidos para pressionar a mudança do sistema de indicação de seus membros, adotando critérios políticos pautados no consenso da indicação e não em sorteios aleatórios.
- () O elevado número de disputas comerciais que alcançavam a fase de apelação era dissonante com a visão original do sistema de manter o compromisso com soluções mutuamente acordadas entre as partes controversas.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – V.
 (B) V – F – V.
 (C) V – V – F.
 (D) F – V – F.
 (E) V – F – F.

54

O planeta está em chamas, mas quase todos os bombeiros desertaram o serviço. Na reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas, iniciada em 19 de setembro em Nova Iorque, não deram as caras os líderes de quatro dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança - o mais poderoso órgão executivo da ONU, responsável para tomar as iniciativas necessárias para, em tese, manter a paz no mundo e encontrar soluções diplomáticas para os conflitos.

HERZ, M.; e SUMMA, G. A crise da ONU e do sistema multilateral; Brasil não deve tomar partido na disputa entre EUA e China, *The Conversation*, 27/09/2023.

Com base no trecho e a respeito das iniciativas e atribuições do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), analise as afirmativas a seguir.

- I. O CSNU pode adotar sanções de diferentes graus de severidade contra um país, desde restrições de viagens e congelamentos de bens e ativos até vigilância às exportações e importações de tanques, navios de guerra e mísseis.
- II. Para restabelecer a paz e a segurança internacional, o CSNU pode efetuar bloqueios aéreos, navais ou terrestres, se considerar que sanções e medidas do Art. 41 da Carta foram insuficientes.
- III. Depois de recorrer aos meios mais assertivos do Art. 42 da Carta, o CSNU pode autorizar o uso da força com “todos os meios necessários” para impor as suas decisões.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
 (B) II, apenas.
 (C) I e II, apenas.
 (D) I e III, apenas.
 (E) I, II, III.

55

A expressão “globalização” começou a ser usada de modo recorrente no final do século XX, para indicar o incremento de fluxos comerciais e financeiros, entre outros processos de interdependência econômica.

Sobre o *processo de globalização*, a partir da década de 1990, assinale a afirmativa correta.

- (A) No início dos anos 1990, para as economias de mais alta renda, a globalização significou a adoção de medidas isolacionistas, como o protecionismo comercial e as barreiras à exportação de insumos.
- (B) Na década de 1990, para as economias em desenvolvimento, a globalização significou a oportunidade de produzir em outros países e obter ganhos de competitividade, controlando as cadeias produtivas e explorando as vantagens comparativas em força de trabalho e em serviços.
- (C) Nos últimos trinta anos, a globalização foi alavancada por avanços tecnológicos – novas modalidades de transmissão de dados e a ampliação da capacidade de seu processamento – que permitiram a aceleração de fluxos comerciais e a facilitação da movimentação internacional de capitais.
- (D) Na década de 1990, o enfoque positivo da globalização destacava os ganhos em relação à oferta: os consumidores se beneficiam por dispor de uma variedade maior de bens e serviços a custo mais baixos, além de empregos melhor remunerados.
- (E) Nas últimas duas décadas, a perspectiva positiva da globalização enfatizou os ganhos quanto às estruturas da demanda, oriundos da expansão dos investimentos, da difusão tecnológica e da formulação de políticas macroeconômicas para gerir os novos fluxos de capital.

56

Em 2019, 20 anos após os Chefes de Estado e de Governo do Mercosul e da União Europeia lançarem negociações para um Acordo de Associação Birregional, as partes chegaram a um acordo político sobre o pilar comercial. Em 2020, as partes concluíram as negociações dos pilares político e de cooperação do Acordo de Associação. Mas, apesar do anúncio do fim das tratativas, o Acordo ainda não foi assinado formalmente.

Adaptado de <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/acordos-comerciais/mercosul-uniao-europeia>.

As opções a seguir descrevem corretamente a conjuntura crítica que dificulta a conclusão do Acordo, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) As discórdias a respeito da crise na Venezuela, o cenário de polarização e ideologização do regionalismo latino-americano, agravadas pela queda de relevância comercial do Mercosul, dificultaram a conclusão do Acordo.
- (B) As divergências a respeito de temas como compras governamentais, propriedade intelectual, setor agrícola e as políticas ambientais impactaram a conclusão das negociações do Acordo.
- (C) O encaminhamento do desenvolvimento sustentável e das questões ambientais pelos países membros foi objeto de controvérsia, mesmo o Acordo adotando a premissa de que o aumento das trocas comerciais não deve ser obtido às expensas do ambiente e das condições de trabalho.
- (D) As críticas ao sistema de resolução de controvérsias incluído no Acordo, somadas à percepção da UE de que as regras ambientais possam ser usadas futuramente como formas disfarçadas de protecionismo, obstaculizaram a conclusão das negociações.
- (E) A perspectiva de o acordo de livre-comércio aumentar a especialização das economias latino-americanas gerou um embate entre os que apoiam o crescimento potencial da exportação de *commodities* para os mercados europeus e os que temem o aprofundamento da desindustrialização.

57

As opções a seguir descrevem corretamente as causas da crise financeira de 2008 no mercado imobiliário norte-americano, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Origina-se no mercado de hipotecas, com um alto volume de empréstimos a juros baixos para compra de imóveis.
- (B) Relaciona-se à oferta elevada de crédito barato, que causou um aumento de interesse na compra da casa própria, o que levou à valorização do preço dos imóveis.
- (C) Vincula-se ao crédito hipotecário *subprime*, destinado à população que não pode comprovar a própria renda, em função de trabalhar na ilegalidade.
- (D) Remete à desregulamentação que caracterizou o sistema financeiro, combinada a um elevado grau de confiança na economia, expresso pela percepção geral de que as recessões eram uma realidade distante e superada.
- (E) Foi marcada pela quebra do banco de investimentos Lehman Brothers, em um contexto de inadimplência generalizada e de uma sequência de falências no setor financeiro.

58



O primeiro-ministro da Índia e o presidente do Brasil trocam mudas de árvore na transmissão da Presidência do G20 da Índia para o Brasil (10/09/2023).

O Brasil exercerá a presidência do G20 entre dezembro de 2023 e novembro de 2024. A agenda do G20 será decidida e implementada pelo governo brasileiro, com apoio direto da Índia, última ocupante da presidência, e da África do Sul, país que exercerá o mandato em 2025.

Adaptado de <https://agenciabrasil.ebc.com.br>

A respeito das expectativas em relação à presidência brasileira do G20, analise as afirmativas a seguir.

- I. O combate às desigualdades e à redução da fome e da pobreza deverão constar da agenda do encontro, em função do peso da pauta social para o governo brasileiro, que lançou o Plano Brasil sem Fome em 2023.
- II. O fortalecimento dos interesses do Sul Global na agenda multilateral do G20 deverá ser apoiado pelo Brasil, ao propor a inserção da União Africana ao grupo, na qualidade de membro permanente.
- III. A defesa de um “novo multilateralismo”, como um meio possível para enfrentar o esvaziamento dos espaços tradicionais, exemplificado pela disputa econômica entre Estados Unidos e China, pelo enfrentamento militar direto da OTAN com a Rússia e pela crise no Oriente Médio.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II, III.

59

Leia o trecho a seguir.

Para essa abordagem, as relações internacionais são definidas pela condição anárquica da política internacional e pela desigual distribuição de poder na estrutura do sistema internacional. Os atores fundamentais do sistema são os detentores do poder, ou seja, os estados. Devido à ausência de um governo internacional, os estados vivem numa luta constante pelo poder. Os teóricos dessa abordagem consideram que a manutenção da segurança e da independência territorial está sob hipótese de ameaça constante, uma vez que a imposição do poder coercivo máximo, a guerra e a invasão territorial, são sempre uma possibilidade. Embora existam várias correntes, todas compartilham quatro ideias básicas sobre o funcionamento das relações internacionais: o grupismo, o egoísmo, a anarquia e a política de poder.

EMANUEL MENDES, P. *As teorias principais das relações internacionais: uma avaliação do progresso da disciplina*. Relações Internacionais, 2019.

Com base no trecho, assinale a opção que indica corretamente a abordagem teórica à qual ele se refere.

- (A) Construtivismo.
- (B) Realismo.
- (C) Institucionalsimo.
- (D) Idealismo.
- (E) Cognitivismo.

60

O “humanitarismo” pode ser definido como uma filosofia que prioriza ações para salvar vidas e aliviar o sofrimento durante conflitos, turbulências sociais, desastres e processos de exclusão social. A ação humanitária institucional ocorre, principalmente, por intermédio de grandes ONGs do hemisfério norte e agências humanitárias das Nações Unidas (ONU).

Sobre as ações humanitárias, relacione os princípios listados a seguir às respectivas definições.

1. Imparcialidade.
 2. Neutralidade.
 3. Independência.
- () É a prestação de assistência humanitária sem se envolver em hostilidades ou tomar partido em controvérsias de natureza política, religiosa ou ideológica.
 - () É a prestação de assistência humanitária com base em políticas formuladas e implementadas de modo autônomo em relação às partes envolvidas no conflito ou partes que tenham um interesse no resultado.
 - () É a prestação de assistência humanitária sem discriminação entre beneficiários e orientada exclusivamente pelas necessidades, com prioridade dada aos casos de sofrimento mais urgentes.

Assinale a opção que mostra a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) 2 – 3 – 1.
- (B) 1 – 3 – 2.
- (C) 2 – 1 – 3.
- (D) 1 – 2 – 3.
- (E) 3 – 2 – 1.

61

Os temas ambientais e de sustentabilidade passaram a ocupar o centro da agenda das políticas e atividades do comércio internacional, com destaque para o desafio de estabelecer regras claras que articulem comércio e meio ambiente, de modo a impedir que práticas discriminatórias transformem a proteção ambiental em barreiras comerciais.

As opções a seguir referem-se corretamente aos marcos regulatórios criados por organizações internacionais e pela sociedade civil para articular comércio e meio ambiente, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) O marco de regulação entre comércio e meio ambiente foi estabelecido pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e na Declaração Ministerial de Nairobi foi destacado o papel atribuído pelo comércio internacional como motor para alcançar o crescimento sustentável, reduzir a pobreza e alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.
- (B) Os padrões voluntários de sustentabilidade (VSS, em inglês) são certificações que colaboram na promoção de um comércio sustentável por intermédio da criação de regras e instrumentos que diferenciam os produtos em relação à adesão às métricas da sustentabilidade.
- (C) A aplicação de sanções legais pela OMC é uma medida eficaz para o avanço da interdependência entre comércio e sustentabilidade, uma vez que atinge os atores financeiros e econômicos que descumprem as metas locais e regionais sobre a gestão da água e dos resíduos e sobre a redução do desmatamento.
- (D) A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) atua para criar diretrizes para uma governança global, destacando os temas da economia verde e da sustentabilidade.
- (E) A ESG (*environmental, social and corporate governance*) é uma abordagem que prioriza o compromisso ambiental e social na governança, de modo que a aplicação de ativos e as decisões de risco sejam tomadas em prol do alcance de retornos financeiros sustentáveis e de longo prazo.

62

A respeito dos impactos econômicos do conflito Rússia-Ucrânia, analise as afirmativas a seguir.

- I. Para a indústria agro-alimentar, o conflito significou um aumento no preço das matérias primas agrícolas, sobretudo o trigo russo, e o redirecionamento do escoamento dos cereais de ambos os países para os portos do Mar de Azov, os únicos mantidos abertos para o comércio internacional.
- II. As indústrias automotiva e aeroespacial foram impactadas pelo conflito, uma vez que a Rússia e a Ucrânia, grandes produtoras de paládio, diminuíram suas exportações, o que afetou a produção de catalisadores para motores de combustão interna e de semicondutores.
- III. O setor de transportes foi fortemente atingido, porque as companhias aéreas europeias, além de enfrentar a elevação do preço dos combustíveis, precisaram lidar com a interdição de sobrevoar o espaço aéreo russo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

63

Em 2023 foram divulgados os resultados parciais do *Going Digital Project* da Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre as transformações digitais no Brasil. Este projeto da OCDE avalia, por intermédio da metodologia dos indicadores, 7 áreas políticas: acesso, uso, inovação, empregos, sociedade, confiança e abertura de mercado.

Sobre a situação do Brasil nos indicadores do *Going Digital Project*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Quanto à dimensão *uso*, o Brasil acompanha a média da OCDE sobre a utilização por pessoas jurídicas de oportunidades da transformação digital.
- II. Quanto à dimensão *empregos*, observa-se que o Brasil está acima da média dos países da OCDE, tanto em relação à participação em setores intensivos em digital, quanto em número de graduados em áreas relevantes para a transformação digital.
- III. Quanto à dimensão *acesso*, o Brasil encontra-se abaixo da média da OCDE, havendo significativa disparidade digital entre o acesso à internet nas áreas rurais, urbanas, bem como, a abrangência pouco significativa da cobertura de rede móvel e de conexões de banda larga.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II apenas.
- (D) I e III apenas
- (E) I, II e III.

64

As últimas duas décadas do século XX foram marcadas pela emergência de novas dinâmicas da conflitualidade internacional: as chamadas “novas guerras”. Mary Kaldor foi uma das primeiras teóricas que analisou este novo tipo de conflitos.

Com base na noção de “novas guerras” de M. Kaldor, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Neste novo tipo de conflito, aumentaram as diferenças entre a guerra, entendida como violência entre Estados, e as outras formas de violência sistemática, como o crime organizado e as intervenções de violação aos direitos humanos
- () As novas guerras são conflitos de baixa intensidade, como as guerras informais, em que a distinção entre público/privado e estatal/não estatal tende a desaparecer.
- () A sociedade civil é envolvida nesse novo tipo de conflito, sendo o palco e o alvo da violência organizada ao mesmo tempo, gerando um processo de privatização da violência.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – V.
- (B) V – F – V.
- (C) V – V – F.
- (D) V – F – F.
- (E) F – V – V.

65

O regionalismo latino-americano difere profundamente da integração europeia, constituindo um exemplo original de experiência de integração regional.

Acerca das diferenças entre os dois processos de integração regional, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A União Europeia (EU) está organizada com base em um fórum informal e privada de estrutura jurídica. / A Comunidade de Estados da América Latina e das Caraíbas (CELAC) está fundamentada em tratados com personalidade jurídica e competências exclusivas.
- (B) A Comunidade Econômica Europeia (CEE) é uma instituição que se adaptou e absorveu a maioria das outras. / Muitas organizações regionais latino-americanas foram criadas, mas poucas prevaleceram, indicando uma tendência à segmentação regional.
- (C) A União Europeia (EU) tornou-se a única organização interestatal pós-vestefaliana em que a regulamentação do mercado, o controle fronteiriço e a política monetária são geridos conjuntamente. / Os governos latino-americanos seguiram o modelo do regionalismo soberanista e buscaram reforçar o Estado-nação.
- (D) Os 27 chefes de Estado e de Governo europeus integram conjuntamente o Conselho Europeu, um dos principais órgãos de decisão da EU. / Os 33 homólogos latino-americanos não participam de qualquer cúpula conjunta parecida.
- (E) A integração europeia possui institucionalização supranacional (Corte de Justiça, Parlamento e Comissão Executiva) e intergovernamental (Conselho Europeu e Conselho da União Europeia). / O Mercosul carece de estrutura institucional significativa, sendo dotado de mecanismos intergovernamentais.

66

Desde 2009, a China ultrapassou os Estados Unidos como principal destino das exportações brasileiras, e, desde então, as exportações do Brasil para a potência asiática não pararam de crescer.

Sobre os fluxos econômico-comerciais entre Brasil e China desde a década de 2010 até a conjuntura atual, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os investimentos chineses em infraestrutura no Brasil por intermédio de concessões ou *project finance* têm sido desvantajosos para as empresas chinesas.
- (B) Apesar da manutenção do superávit, a pauta exportadora do Brasil para a China é desequilibrada, pois o país fornece predominantemente *commodities*, recebendo bens manufaturados.
- (C) O aumento progressivo da complementaridade entre as duas economias é percebido como uma ameaça, pelos setores agroexportadores do Brasil, visto que a China, por ser o comprador majoritário das *commodities* brasileiras, impõe sua subprecificação.
- (D) A entrada inicial de capitais chineses no Brasil, em 2010, caracterizou-se pelo predomínio de investimentos privados chineses no setor de serviços financeiros, com o estabelecimento de bancos chineses no país.
- (E) A China evita investir na área energética e em infraestrutura, em função das desvantagens tarifárias e das restrições jurídicas para a obtenção de licenças de projetos nessas áreas, no país.

67

A expansão da influência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em direção ao leste da Europa e, também, em direção à região do Indo-Pacífico tem sido apontada como um dos principais problemas geopolíticos da conjuntura internacional contemporânea.

A respeito das recentes movimentações dessa aliança militar ocidental, assinale a afirmativa correta.

- (A) Com a invasão russa da Ucrânia, a OTAN passou a receber propostas de países vizinhos como a Moldávia e a Crimeia para ingressarem na aliança militar, interessados no Art. 5º da organização que estabelece que um país membro do grupo, caso atacado, deverá ser protegido militarmente por todos os demais.
- (B) Na Reunião de Cúpula da OTAN em julho de 2023, o Primeiro-Ministro sueco e o presidente da Turquia não conseguiram chegar a um acordo: a Turquia vetou o ingresso da Suécia na OTAN com a justificativa de que seu governo apoiava os curdos, considerados terroristas por Erdogan.
- (C) O tema mais difícil para a OTAN, após o início da invasão russa na Ucrânia, é o da adesão ucraniana à aliança militar, negada em 2008, em conjunto com as propostas da Geórgia e Moldávia para ingressar na organização.
- (D) As intenções da OTAN em expandir sua influência para o Indo-Pacífico, de modo a conter o fortalecimento do poder da China na região, não tem sido bem recebida pelos países asiáticos: Japão, Austrália, Coreia do Sul e Nova Zelândia têm recusado propostas de cooperação em segurança e defesa com países ocidentais.
- (E) Mesmo após o fim da União Soviética e do Pacto de Varsóvia, a OTAN continuou se expandindo para o leste europeu e acolhendo países ex-membros da aliança militar soviética, processo utilizado pelo presidente russo Vladimir Putin como uma justificativa para invadir a Ucrânia em 2022.

68

No século XXI, a partir do conflito na Síria, a comunidade internacional elaborou novas ferramentas para prevenir e administrar os conflitos internacionais, entre as quais o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16, um dos ODS apresentado pela Resolução de 2015 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, intitulada “Transformando o nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

O ODS 16 pretende “*promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.*”

As opções a seguir listam corretamente os alvos (*targets*) a serem atingidos para a promoção de sociedades pacíficas no plano internacional, segundo o ODS 16, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça, para todos.
- (B) Reduzir significativamente, até 2030, os fluxos financeiros e de armas ilegais e combater todas as formas de crime organizado.
- (C) Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global.
- (D) Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.
- (E) Eliminar todas as formas de violência contra mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual.

69

João, professor de direito constitucional, questionou seus alunos em relação aos pontos de interseção e de distanciamento dos institutos da intervenção federal, do estado de defesa e do estado de sítio. Maria se posicionou no sentido de que a utilização desses mecanismos sempre é autorizada a partir de causas distintas entre si, de modo que não é dado ao Chefe do Poder Executivo optar por um em detrimento de outro. Ana afirmou que os três apresentam, em comum, a característica de que sempre decorrem de um ato espontâneo do Presidente da República. Pedro, por fim, observou que tanto o estado de defesa como o estado de sítio podem acarretar a imposição de restrições ao sigilo da comunicação telefônica.

Ao ouvir as afirmações de Maria, Ana e Pedro, João concluiu corretamente, à luz da sistemática constitucional, que

- (A) todas estão certas.
- (B) apenas a afirmação de Ana está certa.
- (C) apenas a afirmação de Pedro está certa.
- (D) apenas as afirmações de Maria e Ana estão certas.
- (E) apenas as afirmações de Maria e Pedro estão certas.

70

Pedro, soldado da Policial Militar no Estado Alfa, foi preso em flagrante por ter alegadamente praticado um crime, sendo-lhe posteriormente concedida liberdade provisória. Preocupado com as consequências que poderiam advir da sua conduta, mais especificamente em relação ao seu vínculo funcional, consultou um advogado em relação à possibilidade de vir a ser decretada a perda do cargo ou da graduação.

O advogado respondeu corretamente que a perda do cargo ou da graduação de Pedro

- (A) somente pode ocorrer em razão da prática de crime militar, o que exigirá a prolação de decisão pelo Tribunal competente.
- (B) pode ocorrer em razão da prática de crime comum ou de crime militar, o que exigirá a prolação de decisão pelo Tribunal competente, independente da pena aplicada.
- (C) somente pode ocorrer como efeito da condenação criminal, quer se trate de crime comum, quer de crime militar, caso atendido o requisito do tempo mínimo de pena privativa de liberdade aplicada.
- (D) pode ocorrer, por decisão do Tribunal competente, em razão da prática de crime comum ou de crime militar, desde que atendido o requisito do tempo mínimo de pena privativa de liberdade aplicada.
- (E) pode ocorrer como efeito da condenação criminal, pela prática de crime comum ou de crime militar, caso atendido o requisito do tempo mínimo de pena privativa de liberdade aplicada, ou por decisão do Tribunal competente.

Realização

